



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS - GEAF



00303538

01 - TIPO DE DOCUMENTO

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | <input type="checkbox"/> TERMO DE DOAÇÃO | <input type="checkbox"/> CONTRATO DE LOCAÇÃO |
| <input checked="" type="checkbox"/> CONVÊNIO | <input type="checkbox"/> CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS | <input type="checkbox"/> TERMO DE APOSTILA |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE CONVALIDAÇÃO | <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA - CITAÇÃO | <input type="checkbox"/> TERMO DE ACORDO E TRANSAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE CESSÃO DE USO | <input type="checkbox"/> FOLHA DE FREQUÊNCIA DE SERVIDOR | <input type="checkbox"/> TERMO ADITIVO |
| <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA - AVALIAÇÃO | <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA-PENHORA | |
| <input type="checkbox"/> OUTROS | | |

12

02 - CONTRATADA

- ☒ PARTE 2 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS

03 - NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

| 0 , 1 | - | 0 , 6 , 5 , 0 , 1 , 3 | - | 1 , 4 | - | 8 , 4 |

04 - MATÉRIA OU ASSUNTO

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> MATERIAL DE ESCRITÓRIO | <input type="checkbox"/> ÁGUA MINERAL | <input type="checkbox"/> SECRETARIA DE SAÚDE |
| <input type="checkbox"/> INFORMÁTICA | <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO | <input type="checkbox"/> ASSISTÊNCIA TÉCNICA |
| <input type="checkbox"/> ENGENHARIA | <input type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO | <input type="checkbox"/> VIGILÂNCIA |
| <input type="checkbox"/> TERCEIRIZAÇÃO | <input type="checkbox"/> CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA | |
| <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS <u>PROMOÇÃO DA MOBILIZAÇÃO RELATIVA À EXTIÇÃO DAS PARCERIAS FIRMADAS.</u> | | |

(DESCREVA EM POUCAS PALAVRAS A MATÉRIA OU ASSUNTO. EXEMPLOS: FÉRIAS-PRÊMIO, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DIFERENÇA SALARIAL, DESAPROPRIAÇÃO E OUTROS).

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
ANA PAULA SOUZA

DATA
1 , 4 / 0 , 8 / 1 , 4

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Ana



PBH
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO

Livro nº: 162 Folha nº: 89
Data: 13-08-14 Hora: 14h 37

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A
ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – AMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
01.065.013.14.84

O Município de Belo Horizonte, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, representado pelo Procurador Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, e a Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), inscrita no CNPJ sob o nº 21.126.040/0001-54, com sede na Avenida Afonso Pena, nº 4000 – térreo, no Bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo seu representante Ajalmar José da Silva, **CELEBRAM O PRESENTE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente convênio tem por objeto a ação conjunta na promoção da mobilização relativa à extinção das parcerias anteriormente firmadas entre o Município e a Entidade, consistentes no fornecimento de mão de obra para diversos setores da Prefeitura.

Parágrafo Primeiro. O objeto em pauta encontra-se em consonância com o Termo de Ajustamento de Conduta a ser celebrado com o Ministério Público, para a substituição gradativa dos contratados por servidores concursados ou terceirizados.





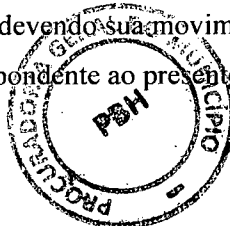
Parágrafo Segundo. O Plano de Trabalho e a planilha de custos apresentados pela Entidade devem ser partes integrantes do presente convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

Os convenientes se comprometem a convergir esforços e a utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o que prescreve o presente instrumento.

I – Compete à instituição conveniada:

- a) Cumprir fielmente as metas estabelecidas pelo plano de trabalho, anexo a este instrumento;
- b) Observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do Município;
- c) Cumprir o presente convênio e Plano de Trabalho aprovado, assegurando aos órgãos municipais envolvidos a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio;
- d) Apresentar, mensalmente, ao órgão responsável pela assistência social no Município, instrumento específico de acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como de aplicação dos recursos financeiros utilizados na execução de suas atividades;
- e) Recrutar e selecionar recursos humanos ou serviço técnico-jurídico que contenha grau de instrução e perfil profissional compatível para o acompanhamento e atuação nas ações judiciais que forem demandadas;
- f) Comunicar, formalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao Município, o encerramento de suas atividades, informando o período de férias, paralisações, mudança de razão social ou de endereço e telefone, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no objeto do presente convênio;
- g) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da Cláusula Quarta, exclusivamente no cumprimento do objeto do presente convênio, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta correspondente ao presente Convênio.



II – Compete ao Município:

- a) Acompanhar, supervisionar e avaliar, mensalmente, as ações desenvolvidas pela Entidade;



- b) Propor alterações do Plano de Trabalho quando houver necessidade para a melhor adequação dos objetivos referentes a este instrumento;
- c) Aprovar alterações no Plano de Trabalho, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento, ouvida a Entidade;
- d) Repassar à entidade os recursos referentes ao pagamento dos serviços técnico-jurídicos necessários ao acompanhamento das lides laborais a que se refere a Cláusula Primeira do presente instrumento em conformidade com o Plano de Trabalho;
- e) Repassar à AMAS os valores concernentes às possíveis condenações, conforme estimativa apresentada pela referida Entidade;
- f) Repassar à AMAS, na medida em que for necessário, os valores dos depósitos recursais, conforme tabela disponibilizada pela Justiça do Trabalho, referentes às Reclamatórias Trabalhistas a que se refere a Cláusula Primeira do presente instrumento, de forma a possibilitar a continuidade da discussão em outras instâncias;
- g) Repassar à AMAS os valores necessários para contemplar os valores já despendidos nos convênios anteriormente celebrados com outros órgãos da Administração Municipal.
- g) Cada órgão constante do preâmbulo deverá repassar à conta vinculada a este convênio, a sua respectiva dotação;
- h) Analisar e aprovar a prestação de contas da Entidade;
- i) Fiscalizar a utilização de recursos, observando o Plano de Trabalho apresentado pela instituição conveniada;

Parágrafo único. Ressalte-se que, quanto aos valores atinentes aos depósitos recursais, deve se efetivar o respectivo reembolso nos caso de reforma das decisões.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A AMAS é responsável pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste convênio.




3



Parágrafo único. A inadimplência da Entidade, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

O Município passará à entidade o valor total anual de R\$ 4.821.577,26 (quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme constante do Plano de Trabalho devidamente aprovado pela Procuradoria Geral do Município.

§1º - O repasse a que se refere esta cláusula será efetuado nas condições do cronograma de desembolso apontadas no Plano de Trabalho, condicionada sua liberação à aprovação da prestação de contas da parcela anteriormente liberada.

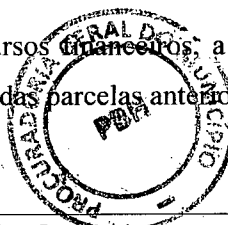
§2º - Os recursos financeiros repassados serão aplicados exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a Cláusula Primeira do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

O Município reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à Entidade até o saneamento das impropriedades ocorrentes quando:

- I. a Entidade não prestar contas, não comprovando a boa e regular aplicação das parcelas repassadas pelo Município;
- II. verificar-se o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas constantes do Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública ou inadimplemento da Entidade com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
- III. a Entidade não se manter habilitada durante todo o período de vigência deste convênio, bem como deixar de informar qualquer modificação, supressão ou acréscimo referente à sua natureza, característica, composição ou outros fatos relevantes que possam de qualquer forma interferir no cumprimento das obrigações por ora avençadas;

Parágrafo Primeiro. Havendo parcelamento dos recursos financeiros, a liberação da parcela subsequente ficará condicionada à aprovação de contas das parcelas anteriores.



4

05



Parágrafo Segundo. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial providenciada pelo órgão competente do Município.

Parágrafo Terceiro. O Município encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a entidade que aplicar a subvenção em fins diversos do previsto no objeto deste convênio e à Procuradoria Geral do Município para cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Quanto à prestação de contas dos recursos públicos aplicados neste convênio, será exigido, mensalmente, relatório informando a relação dos custos, acompanhada da cópia dos comprovantes das despesas incorridas e extrato bancário da conta vinculada ao convênio.

Parágrafo Primeiro. Para efeito de classificação da natureza de despesa, nos relatórios exigidos nesta cláusula, fica estabelecido como orientador o plano de contas contábil adotado pelo Município de Belo Horizonte.

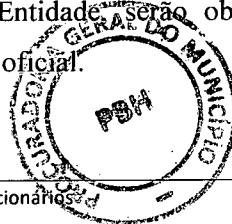
Parágrafo Segundo. Independentemente da forma de prestação de contas, a Entidade fica obrigada a manter o original da documentação comprobatória das despesas, à disposição do Município por um período de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Terceiro. Informações adicionais poderão ser solicitadas a critério do Município;

Parágrafo Quarto. O saldo remanescente deverá permanecer na conta vinculada ao presente convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS DO CONVÊNIO

Os saldos deste convênio, enquanto não utilizados pela Entidade, serão obrigatoriamente aplicados em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial.



5
12

06



Parágrafo Único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente do cumprimento dos termos do presente convênio correrá à conta de dotação orçamentária da Procuradoria Geral do Município: 0500.0040.04.062.003.2.010.339093-01 F.03.00 ou à equivalente para ulterior exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

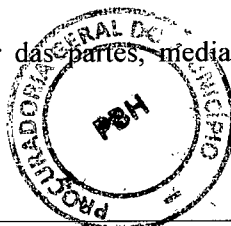
O prazo de vigência deste convênio será de 12 (doze meses), a contar da data da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado nos termos e limites da lei, especialmente no que diz respeito à Lei de Parcerias nº 7.427/97, segundo a qual o convênio poderá ser renovado se a entidade preencher os requisitos legais, manter a prestação de contas atualizada, comprovar a qualidade no atendimento e existir demanda justificada.

Parágrafo único. Ao término da vigência do presente termo, a Entidade deverá prestar contas, até 60 (sessenta) dias, após o repasse da última parcela constante no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, comprometendo-se a devolver ao Município os saldos de recursos financeiros existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este convênio de cooperação mútua poderá ser rescindido quando:

- I. Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas;
- II. Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável;
- III. For denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante prévio aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;



✓

[Handwritten signature]



IV. Quando a Entidade não sanar as impropriedades relacionadas na Cláusula Quinta, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio no “Diário Oficial do Município” correrá por conta e ônus do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

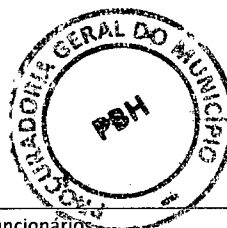
E por estarem acordados com os termos deste convênio, as partes firmam em 03 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Belo Horizonte, 31 de julho 2014.


Ajalmir José da Silva
Presidente da AMAS


Rúsvel Beltrame Rocha

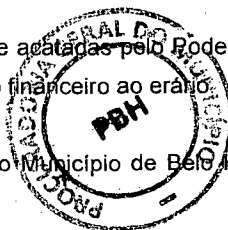
Procurador Geral do Município



56
/ 2

**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO DE TRABALHO**

1.0 DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE		
1.1 ÓRGÃO ENTIDADE PROPONENTE: Associação Municipal de Assistência Social - AMAS		
1.2. CNPJ: 21.126.040/0001-54 / INSCRIÇÃO CMDCA: 121 REG. CNAS: 44006.000579/2003-87		
1.3. ENDEREÇO: Avenida Afonso Pena, n° 4.000 - andar Térreo.		
BAIRRO: Mangabeiras	Tels: 31-3277-219/3277-56	
CIDADE: Belo Horizonte - MG	CEP: 30130-009	
1.4. NOME DO RESPONSÁVEL: Ajalmar José da Silva		
1.5. C.I.L ÓRGÃO EXPEDIDOR: -947.696 MG.	CPF: 094.293.526-87	
1.6. CARGO: Presidente		
1.7. PERÍODO DE MANDATO DA DIRETORIA: 10/01/2013 a 31/12/2016		
1.8. ÓRGÃO CONCEDENTE: Procuradoria Geral do Município		
1.9 DESCRIÇÃO DO PROJETO		
2.0. TÍTULO: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA		
2.1. PERÍODO DE EXECUÇÃO	Início data da assinatura	Término: 12 meses após a assinatura
2.2. OBJETIVOS:		
<p>Trata-se de apoio financeiro a fim de subsidiar o pagamento dos serviços técnico-jurídicos necessários ao acompanhamento das lides; o valor das possíveis condenações; -valor referente aos depósitos recursais, que permitirão a continuidade da discussão em outras instâncias; bem como, para contemplar os valores já despendidos nos convênios anteriormente celebrados entre a AMAS e os diversos órgãos da Administração Municipal.</p>		
2.3 - JUSTIFICATIVA		
<p>Em virtude de acordo firmado junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o qual culminará na assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, para a substituição gradativa dos funcionários contratados pela Associação Municipal de Assistência Social (AMAS) por servidores concursados ou terceirizados, torna-se aconselhável a ação conjunta entre o Município e a referida entidade na promoção da mobilização no que concerne à extinção dos referidos vínculos.</p> <p>E, tendo em vista que as rescisões contratuais estão sendo realizadas de forma gradativa pela AMAS, já foram ajuizadas inúmeras Reclamações Trabalhistas, vislumbrando-se possivelmente, o exacerbado ajuizamento de outras ações.</p> <p>As demandas ajuizadas trazem teses absurdas, mas, que, se aceitas pelo Poder Judiciário, poderão ocasionar a responsabilização do Município e grande impacto financeiro ao erário.</p> <p>Ressalte-se que as parcerias anteriormente firmadas entre o Município de Belo Horizonte e a AMAS</p>		



57
5/12

**ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO DE TRABALHO**

consistiam no fornecimento de mão de obra para a Prefeitura.

Assim sendo, justifica-se, então, o apoio financeiro à Entidade com vistas a subsidiar os custos atinentes aos serviços técnico-jurídicos necessários ao acompanhamento de eventuais ações trabalhistas, bem como arcar com os valores concernentes aos depósitos recursais e demais custas e despesas processuais, que possibilitarão o prosseguimento da discussão em outras instâncias judiciais, e sobretudo, para contemplar os valores já despendidos nos convênios anteriormente celebrados entre a AMAS e os diversos órgãos da Administração Municipal.

Além disso, como forma de precaução quanto à eventual responsabilização do Município no pagamento dessas verbas, deve ser incluída também no presente instrumento de convênio, a previsão de recursos correspondentes à estimativa dos valores das indenizações pleiteadas, a qual será apresentada pela AMAS, por meio de planilha de custos.

Ressalte-se, por fim que, em caso de eventual condenação da AMAS e estando a Reclamatória Trabalhista em fase de Execução de Sentença, o Município promoverá, oportunamente, a tentativa de mediação para quitação direta na Justiça do Trabalho.

3.0-CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 VIGÊNCIA

- 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93

3.2 – ETAPAS/FASES

1ª Etapa: Atendimento/acompanhamento das ações trabalhistas ativas no montante de 259; data base de 31/12/13.

2ª Etapa: Monitoramento e medidas preventivas de novas ações.

3ª Etapa: Acompanhamento e encerramento de todo o contencioso trabalhista

4.0 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- No ato da assinatura do convênio: R\$ 2.410.788,78

- Setembro de 2014: R\$ 803.596,26 (condicionado à prestação de contas dos valores anteriormente liberados).

- Dezembro de 2014: R\$ 803.596,26 (condicionado à prestação de contas dos valores anteriormente liberados).

- Março de 2015: R\$ 803.596,26 (condicionado à prestação de contas dos valores anteriormente liberados).

5.0 METAS

- Coordenação e realização do objeto do convênio de maneira célere e eficiente;

- Divulgação dos resultados das ações;

6.0 PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

A conta do presente Convênio é a Dotação orçamentária: 0500.0010.04.062.003.2.010.339093-01 F 03.00



[Handwritten signature]

57/5

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO DE TRABALHO

Mensalmente, a AMAS apresentará ao Município, instrumento específico de acompanhamento das atividades desenvolvidas, bem como de aplicação dos recursos financeiros utilizados na execução de suas atividades.

A prestação de contas dos recursos aplicados no convênio será mensal, com relatório informando a relação dos custos, acompanhada da cópia dos comprovantes das despesas incorridas e extrato bancário da conta vinculada ao convênio.

Ressalta-se ainda a previsão de reembolso dos valores antecipados em forma de pagamento de recursos e guias nos processos judiciais, de forma a possibilitar o controle do retorno do valor no caso de reforma das decisões.


Natureza das despesas:	Concedente	Proponente	Total
Serviços técnico-jurídicos necessários ao acompanhamento das lides, incluindo o valor de eventuais condenações e dos depósitos recursais.	R\$ 4.821.577,56		R\$ 4.821.577,56
TOTAL	R\$ 4.821.577,56		R\$ 4.821.577,56

Belo Horizonte, 16 de junho de 2014.


Associação Municipal de Assistência Social - AMAS

Ajalmar José da Silva
PRESIDENTE
AMAS




RÚSVEL BELTRAME
BM: 48.391-9
Procurador Geral do Município
de Belo Horizonte

11

PLANILHA DE CUSTOS

SMAAS	nº convênio	Nº AÇÕES	VALOR
LA	01.142545.13.78	86	R\$ 3.930.100,03
PAIF	01.065464.13.12	52	R\$ 2.110.317,17
NAF'S	01-185782-11-43	27	R\$ 1.281.412,95
PBH	01.164.829.10.36	1	R\$ 11.431,45
Subvenção	01.175253.11.96	6	R\$ 491.675,03
TOTAL		172	R\$ 7.824.936,63

SMPS	nº convênio	Nº AÇÕES	VALOR
Telecentro	01.046296.08.35	1	R\$ 1.134,32
Bolsa Família	01-057195-12-76	1	R\$ 50.000,00
TOTAL		2	R\$ 51.134,32

SMSA	nº convênio	Nº AÇÕES	VALOR
saúde	01.048656.13.37	70	R\$ 1.163.304,82
TOTAL		70	R\$ 1.163.304,82

SMED	nº convênio	Nº AÇÕES	VALOR
Educação	01.080454.09-58	10	R\$ 112.104,33
TOTAL		10	R\$ 112.104,33

Secret	Ações	VALOR	%	Convênio
SMAAS	172	R\$ 7.824.936,63	85%	R\$ 3.889.379,03
SMPS	2	R\$ 51.134,32	0,6%	R\$ 22.878,70
SMSA	70	R\$ 1.163.304,82	13%	R\$ 594.846,21
SMED	10	R\$ 112.104,33	1,5%	R\$ 68.636,10
Serv. Tec. Juri		R\$ 491.675,03		R\$ 245.837,52
TOTAL	260	R\$ 9.643.155,13	100%	R\$ 4.821.577,56

